SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2014
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
www.sgef.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas:
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos Auditores Independentes. **A DIRETORIA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS DEM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE		25.842	70.220
Disponibilidades	6	23	161
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		20.930	61.089
Depósitos Interfinanceiros	7a	20.930	61.089
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.142	875
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	4.142	875
Operações de Arrendamento Mercantil	10	(8.263)	(20.952)
Arrendamentos a Receber - Setor Privado		243.916	302.762
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(242.741)	(300.755)
Arrendamentos a Receber - Setor Público		30.921	55.157
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(30.921)	(55.157)
(-) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(9.438)	(22.959)
Outros Créditos		6.056	24.054
Diversos	12a	6.056	24.064
(-) Provisão para Operações de Outros Créditos sem Caracteristica de Crédito		-	(10)
Outros Valores e Bens		2.954	4.993
Bens Não de Uso Próprio		2.312	4.119
(-) Provisão para desvalorização de bens		-	(1)
Despesas Antecipadas		642	875
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		63.791	4.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		50.088	-
Depositos Interfinanceiros	7a	50.088	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		2.053	3.625
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	2.053	3.625
Operações de Arrendamento Mercantil	10	(8.930)	-
Arrendamentos a Receber - Setor Privado		241.164	455.710
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(241.164)	(455.710)
Arrendamentos a Receber - Setor Público		1.062	30.075
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(1.062)	(30.075)
(-) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(8.930)	-
Outros Créditos		19.752	-
Diversos	12a	19.752	-
Outros Valores e Bens		828	1.241
Despesas Antecipadas		828	1.241
PERMANENTE		506.585	786.318
Imobilizado de Uso		272	414
Outras Imobilizações de Uso		996	1.002
(-) Depreciações Acumuladas		(724)	(588)
Imobilizado de Arrendamento	13	506.130	785.697
Bens Arrendados		1.053.618	1.201.094
Superveniência de Depreciação	9 e 10a	154.165	175.154
Perdas de Arrendamento a Amortizar		70.194	110.452
Depreciação Acumulada	13	(730.703)	(641.680)
(-) Amortização de Perdas de Arrendamento Intangível		(41.144)	(59.323)
		183	207
Licenças de Uso - Software		659	607
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(476)	(400)
TOTAL DO ATIVO		596.218	861.404

PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2019	30/06/2018
CIRCULANTE		274.442	379.017
Depósitos Interfinanceiros		143.640	229.499
Depósitos Interfinanceiros	15a	143.640	229.499
Obrigações por Empréstimos e Repasses		63.637	66.049
Empréstimos no País	16a	1.081	2.078
Empréstimos no Exterior	16b	62.556	63.971
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.443	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	3.443	-
Outras Obrigações		63.722	83.469
Fiscais e Previdenciárias	12b	26.858	47.831
Diversas	12c	36.864	35.638
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		180.846	353.955
Depósitos Interfinanceiros		90.683	211.618
Depósitos Interfinanceiros	15a	90.683	211.618
Obrigações por Empréstimos e Repasses		38.073	103.615
Empréstimos no País	16a	3.109	4.192
Empréstimos no Exterior	16b	34.964	99.423
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	9.950
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	-	9.950
Outras Obrigações		52.090	28.772
Fiscais e Previdenciárias	12b	17.663	-
Diversas	12c	34.427	28.772
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		7.314	14.228
Rendas Antecipadas	17	7.314	14.228
Descontos Obtidos a Diferir		7.314	14.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		133.616	114.204
Capital Social	18a	134.398	134.398
Reservas de Capital	23	458	430
Prejuízos Acumulados		(1.240)	(20.624)
TOTAL DO PASSIVO		596.218	861.404

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ações - R$)

	Nota Explicativa	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		182.609	254.928
Receita de Operações de Arrendamento Mercantil	10	181.080	245.144
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7b 19a	1.639	2.235
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8c	(110)	7.549
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(157.099)	(231.588)
Operações de Captações no Mercado	15b	(12.832)	(23.665)
Despesa de Operações de Arrendamento Mercantil	10	(148.192)	(185.527)
Operações de Empréstimos e Repasses	16c	(1.744)	(18.676)
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	5.667	(3.710)
Provisão para Outros Créditos - Sem Caracteristica de Crédito	11	2	(10)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		25.510	23.340
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(10.137)	(12.632)
Receitas de Prestação de Serviços		-	70
Receitas de Tarifas Bancárias		15	32
Despesas de Pessoal		(6.378)	(6.113)
Outras Despesas Administrativas	20	(3.476)	(3.735)
Despesas Tributárias		(5.374)	(7.222)
Outras Receitas Operacionais	21	6.752	5.526
Outras Despesas Operacionais	22	(1.676)	(1.190)
RESULTADO OPERACIONAL		15.373	10.708
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(182)	72
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.456)	(493)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		13.735	10.287
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	451	(6.702)
Imposto de Renda Corrente		(3.152)	-
Contribuição Social Corrente		(598)	(1.937)
Passivo Fiscal Diferido		4.201	(4.765)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		14.186	3.585
LUCRO POR AÇÃO - R$		2,90	0,73

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	30/06/2019	30/06/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do Semestre		14.186	3.585
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa.		134.767	172.777
Depreciações e Amortizações		128.189	170.407
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	9	16.802	(19.059)
Imposto de Renda Diferido	14c	(4.201)	4.765
Variação Cambial de Empréstimos	16c	906	14.823
Juros sobre Empréstimos	16c	2.172	3.456
Plano de Pagamento Baseado em Ações	23	10	53
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	(9.111)	(1.668)
Lucro Líquido do Semestre Ajustado		148.953	176.362
Variação de Ativos e Obrigações		(100.917)	(146.116)
Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		822	986
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(15.575)	56.978
Aumento de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.549)	(15.348)
(Aumento) Redução de Outros Créditos		975	(8.022)
Redução de Outros Valores e Bens		(1.671)	(2.492)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(3.355)	2.225
Aumento em Depósitos Interfinanceiros		(76.794)	(173.384)
Aumento em Resultado de Exercícios Futuros		(2.770)	(7.059)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		48.036	30.246
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		(25.050)	(92.388)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		11.741	94.608
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4)	(3)
Alienação de Imobilizado de Uso		5	-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento		(13.308)	2.217
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(36.926)	(33.626)
Caixa Líquido oriundo das (investido nas) Atividades de Financiamento		(36.926)	(33.626)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.198)	(1.163)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	6	2.221	1.324
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	6	23	161

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		134.398	377	(24.209)	110.566
Plano de Pagamento Baseado em Ações	24	-	53	-	53
Lucro do Semestre		-	-	3.585	3.585
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		134.398	430	(20.624)	114.204
Plano de Pagamento Baseado em Ações	24	-	18	-	18
Lucro do Semestre		-	-	5.198	5.198
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		134.398	448	(15.426)	119.420
Plano de Pagamento Baseado em Ações	24	-	10	-	10
Lucro do Semestre		-	-	14.186	14.186
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		134.398	458	(1.240)	133.616

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A parte principal das captações é proveniente da matriz no exterior do Grupo Société Générale – Paris, e atualmente, vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A. ("instituição líder do Conglomerado"), cujo suporte financeiro será mantido pelo controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN. **a)** CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução n° 4.144/12 do CMN; **b)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN; **c)** CPC 02 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução n° 4.424/15 do CMN; **d)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução nº 3.604/08 do CMN; **e)** CPC 04 – Ativo Intangível – homologado pela Resolução n° 4.534/16 do CMN; **f)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução nº 3.750/09 do CMN; **g)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução nº 3.989/11 do CMN; **h)** CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução nº 4.007/11 do CMN; **i)** CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução nº 3.973/11 do CMN; **j)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN; **k)** CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução n° 4.535/16 do CMN; **l)** CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução nº 4.424/15 do CMN; **m)** Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução nº 4.144/12 do CMN. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 21 de agosto de 2019.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado -** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução nº 3.604/08 do CMN. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap" e são assim avaliados: o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados como "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber -** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como "Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento -** As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação -** A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de "Despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil". **g) Valores residuais garantidos -** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa -** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar -** Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de "Bens arrendados". **j) Superveniência ou insuficiência de depreciação -** Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil" e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **k) Intangível -** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1, referendado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN. **l) Obrigações por empréstimos -** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **m) Atualização monetária de direitos e obrigações -** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do CPC o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas. • Provisões - são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantens envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes – de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possiveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevante. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; • Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judicais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis; e • Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **o) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 120 ao semestre. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável foi calculada até agosto de 2015 à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei n°13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **p) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) -** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda em seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declinio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. **q) Partes relacionadas -** As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 do CMN, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico 5, do CPC, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **r) Mensuração a valor de mercado -** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **s) Uso de estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do

(continua)

(continuação)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2014
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Em milhares de reais - R$)

ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **t) Resultado por ação -** A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações. **u) Plano de pagamento baseado em ações -** O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 23, calculada com base no valor da ação do Grupo SG Global, atualizado pelo Euro na data do fechamento, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contrapartida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pela Instituição líder do Conglomerado. O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios. A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à Alta Administração. **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado da Instituição líder do Conglomerado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Société Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Société Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** A gestão de risco operacional do Conglomerado Société Générale Brasil é feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale na França, com as exigências da Basiléia II, com a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil. A estrutura, prevista acima, deve também estar capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado Société Générale Brasil. A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna. Conforme a Resolução CMN nº 4.557/17 e 3.380/06, a Instituição líder do Conglomerado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II; essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular no 3.678/13, alterada pela Circular nº 3.716/14, estão publicadas em nosso sitio no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção informações aos Investidores e não fazem parte das demonstrações financeiras.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL - O Conglomerado do Grupo Société Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamentos de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a Sociedade e periodicamente reportados à diretoria; ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; iii. Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital. As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidos ao Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo (CGCRLMG). O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades	23	161
Total	23	161

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI pré e pós a instituição líder com vencimentos até 2021.

	2019	2018
Aplicações depósitos interfinanceiros (nota 19a)	71.018	61.089
Curto prazo	20.930	61.089
Longo prazo	50.088	-

b) Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros

	2019	2018
Receitas de aplicações CDI (nota 19a)	1.639	2.235
Total	1.639	2.235

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Sociedade não possui saldos em títulos públicos e privados em 30 de junho de 2019 e 2018. Instrumentos financeiros derivativos.

a) Operações de Swap

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Diferencial a receber	6.195	13.554	4.500	15.980
Diferencial a pagar	(3.443)	(13.664)	(9.950)	(8.431)
Total (nota 19a)	2.752	(110)	(5.450)	7.549

b) Composição por prazo de vencimento

	2019	2018
A vencer até 12 meses	699	875
A vencer após 12 meses	2.053	(6.325)
Total	2.752	(5.450)

c) Demonstrativo do resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos

	2019	2018
Operações de swap	(110)	7.549
Total	(110)	7.549

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (B3 – Brasil, Bolsa Balcão), os quais são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos avaliados a mercado em 30 de junho de 2019 e 2018.

	2019			
	Valores Referenciais			
Indexador	Operações registradas na B3	Total	Curva	Mercado
Dólar x Pré (Fluxo de caixa)	103.186	103.186	4.174	6.195
CDI x Pré (Fluxo de caixa)	29.250	29.250	(2.536)	(3.443)

	2018			
	Valores Referenciais			
Indexador	Operações registradas na B3	Total	Curva	Mercado
CDI x Pré (Fluxo de caixa)	188.075	188.075	2.382	4.500
Dólar x Pré (Fluxo de caixa)	68.250	68.250	(6.015)	(9.950)

d) Valores referenciais

	2019			
	Valores referenciais			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total de contratos
Swap	18.398	96.466	17.572	132.436
Total	18.398	96.466	17.572	132.436

	2018			
	Valores referenciais			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total de contratos
Swap	18.844	27.045	210.436	256.325
Total	18.844	27.045	210.436	256.325

9. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO - No semestre findo em 30 de Junho de 2019, foi registrado resultado de insuficiência de depreciação no valor de R$ 16.802 (R$ 19.059 em 2018 - superveniência), com registro contábil nas contas relacionadas às operações de arrendamento mercantil, na demonstração de resultado e no balanço patrimonial o valor de R$ 154.165 (R$ 175.154 em 2018).

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue.

ARRENDAMENTO FINANCEIRO - a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro

	2019	2018
Arrendamentos a receber - setor privado	485.080	756.011
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(483.905)	(754.004)
Arrendamento a receber – setor público	31.983	85.232
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(31.983)	(85.232)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	322.915	554.614
Superveniência de depreciação (notas 13a, 13c e 14b)	154.165	175.154
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 13a)	29.050	51.129
Credores por antecipação de valor residual (nota 12c)	(28.659)	(34.393)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	478.646	748.511

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

	2019		2018	
Prazo	Valor	%	Valor	%
Vencidas até 14 dias	106	0,0%	176	0,0%
Vencidas a partir de 15 dias	870	0,2%	1.958	0,3%
A vencer até 3 meses	86.821	18,1%	93.880	12,5%
A vencer de 3 a 12 meses	172.964	36,2%	235.582	31,5%
A vencer de 1 a 3 anos	205.931	43,0%	377.844	50,5%
A vencer de 3 a 5 anos	11.954	2,5%	39.018	5,2%
A vencer de 5 a 15 anos	-	-	53	0,0%
Total	478.646	100,0%	748.511	100,0%

c) Composição de valor presente do arrendamento financeiro por atividade

	2019		2018	
Setor Privado	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	52.972	11,1%	60.201	8,0%
Comércio	98.553	20,6%	150.126	20,1%
Instituição Financeira	128.391	26,8%	184.411	24,6%
Outros Serviços	167.500	35,0%	270.966	36,2%
Setor Público				
Outros Serviços	31.230	6,5%	82.807	11,1%
Total	478.646	100,0%	748.511	100,0%

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	2019	2018
Principal devedor	121.389	167.074
10 seguintes maiores devedores	244.483	402.805
20 seguintes maiores devedores	67.055	106.355
50 seguintes maiores devedores	38.086	58.624
100 seguintes maiores devedores	7.633	13.653
Total	478.646	748,511

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2019 não havia registro de arrendamento operacional na Sociedade.

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional

	2018
Arrendamentos a receber - setor privado	2.356
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.356)
Total	-

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

	2018	
Prazo	Valor	%
A vencer até 3 meses	1.167	49,5%
A vencer de 3 a 12 meses	1.189	50,5%
Total	2.356	100,0%

c) Composição do arrendamento operacional por atividade

	2018	
	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado		
Outros serviços	2.356	100,0%
Total	2.356	100,0%

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	2019	2018
Receita de arrendamento – recursos internos	161.645	203.078
Receita de arrendamento – recursos externos	9.330	8.644
Insuficiência / Superveniência de depreciação	(14.538)	20.228
Despesa de depreciação de bens arrendados	(111.234)	(143.410)
Outras despesas de arrendamento	(12.315)	(28.923)
Total	32.888	59.617

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

	2019					2018			
Nível de Risco	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	51.229	-	51.229	-	76.266	-	76.266	-
A	0,5%	335.383	-	335.383	1.677	462.252	5	462.257	2.311
B	1,0%	61.012	-	61.012	610	145.125	18	145.143	1.451
C	3,0%	10.137	164	10.301	309	29.214	989	30.203	906
D	10,0%	20	42	62	6	8.748	41	8.789	879
E	30,0%	3.046	770	3.816	1.145	12.305	544	12.849	3.855
F	50,0%	4.445	-	4.445	2.223	3.504	102	3.606	1.803
H	100,0%	12.398	-	12.398	12.398	11.318	436	11.754	11.754
Total		477.670	976	478.646	18.368	748.732	2.135	750.867	22.959

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial	27.479	24.637
(Reversão) / Constituição	(5.667)	3.710
Créditos baixados para prejuízo	(3.444)	(5.388)
Saldo final	18.368	22.959

Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial	2	-
(Reversão) / Constituição	(2)	10
Saldo final	-	10

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos

	2019	2018
Impostos a compensar	24.270	22.293
Adiantamento e antecipações salariais	242	251
Devedores diversos no país	1.280	1.520
Outros	16	-
Total	25.808	24.064
Curto prazo	6.056	24.064
Longo prazo	19.752	-

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (nota 14c)	38.541	43.788
Provisão para impostos e contribuições	3.750	1.936
Impostos e contribuições a recolher	2.230	2.107
Total	44.521	47.831
Curto prazo	26.858	47.831
Longo prazo	17.663	-

c) Outras obrigações - diversas

	2019	2018
Credores por antecipação de valor residual (nota 10a)	28.659	34.393
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	4.597	1.300
Fundo de reserva de financiamento	33.640	24.340
Despesas de pessoal	3.729	2.219
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 19a)	63	59
Credores diversos – fianças (nota 19a)	41	26
Contingências trabalhistas (nota 24)	-	1.391
Outras	562	681
Total	71.291	64.409
Curto prazo	36.864	35.638
Longo prazo	34.427	28.771

13. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Bens arrendados – Arrendamento financeiro

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019	2018
Máquinas e equipamentos	14,29%	581.480	633.019
Equipamentos de informática	28,57%	414.650	484.837
Veículos e afins	28,57%	10.151	14.815
Aeronaves	28,57%	47.337	55.614
Superveniência de depreciação (nota 10a)		154.165	175.154
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (notas 3i e 10a)		29.050	51.129
Depreciação acumulada		(730.703)	(633.670)
Total		506.130	780.898

b) Bens arrendados – Arrendamento operacional

	Taxa anual de Depreciação (%)	2018
Equipamentos de informática	28,57%	12.809
Depreciação acumulada		(8.010)
Total		4.799

c) Total de bens arrendados

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019	2018
Máquinas e equipamentos	14,29%	581.480	633.019
Equipamentos de informática	28,57%	414.650	497.646
Veículos e afins	28,57%	10.151	14.815
Aeronaves	28,57%	47.337	55.614
Superveniência de depreciação (nota 10a)		154.165	175.154
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 3i)		29.050	51.129
Depreciação acumulada		(730.703)	(641.680)
Total		506.130	785.697

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	13.735	10.287	13.735	10.287
Alíquota vigente	25%	25%	15%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(3.434)	(2.571)	(2.060)	(2.057)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Outros	(141)	(117)	(85)	(94)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias [1]				
Resultado com marcação a mercado	100	93	60	75
Provisão para devedores duvidosos	1.417	(930)	850	(744)
Provisão de contingências	358	10	215	8
Outras diferenças temporárias	703	58	422	46
Superveniência	(3.635)	5.057	-	-
(Imposto de Renda e Contribuição Social) / Base Negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.631)	1.600	(598)	(2.766)
Compensação de prejuízo fiscal	1.389	-	-	830
Imposto de renda – alíquota adicional	12	-	-	-
Deduções PAT	78	-	-	-
Total de IRPJ e CSLL corrente	(3.152)	-	(598)	(1.936)
Imposto diferido sobre superveniência	4.201	(4.765)	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	1.049	(4.765)	(598)	(1.936)

[1] Em 30 de junho de 2019, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R$ 72.073 (R$ 103.692 em 2018) e diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis de R$ 33.510 (R$ 39.634 em 2018), sobre as quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R$ 26.396 (R$ 35.831 em 2018) e contribuição social (15%) no montante de R$ 15.837 (R$ 28.665 em 2018), que serão contabilizados quando atendidas todas as condições da Resolução nº 3.059/02 do CMN.

b) Constituição do imposto de renda diferido

	2019	2018
Superveniência de depreciação (nota 10a)	154.165	175.154
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constituição sobre diferenças temporárias	38.541	43.788

c) Movimentação do imposto de renda diferido

	2019	2018
Saldo inicial	42.742	39.024
Adições / (Reversões)	(4.201)	4.764
Saldo final (nota 12b)	38.541	43.788

15. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

a) O saldo de depósitos interfinanceiros refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto a Instituição líder do Conglomerado.

	2019	2018
Depósito interfinanceiro - ligada (nota 19a)	234.323	441.117
Total	234.323	441.117
Curto prazo	143.640	229.499
Longo prazo	90.683	211.618

b) Despesa com depósito interfinanceiro

	2019	2018
Depósito interfinanceiro - ligada (nota 19a)	(12.832)	(23.665)
Total	(12.832)	(23.665)

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Captações no País - Resolução nº 2.921 - Em 23 fevereiro de 2017, a Sociedade captou empréstimo junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Tecban – Tecnologia Bancária, no montante de R$ 33.203, com juros de 3,20% a.a e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 parte das operações foram liquidadas antecipadamente.

	2019	2018
Empréstimos no país – não ligadas	4.190	6.270
Total	4.190	6.270
Curto prazo	1.081	2.078
Longo prazo	3.109	4.192

b) Captações no Exterior - A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos. Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

	2019	2018
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (nota 19a)	50.628	103.092
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas	46.892	60.302
Total	97.520	163.394
Curto prazo	62.556	63.971
Longo prazo	34.964	99.423

c) Resultado com operações de empréstimos e repasses

	2019	2018
Juros - não ligadas	(1.571)	(2.044)
Outros – não ligadas	(261)	(206)
Impostos - ligadas	15	(191)
Juros - ligadas	(833)	(1.412)
Variação cambial - ligadas	906	(14.823)
Total	(1.744)	(18.676)
Total – não ligadas	(1.832)	(2.251)
Total – ligadas (nota 19a)	88	(16.425)

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil. Em 30 de Junho de 2019 foi registrado o montante de R$ 7.314 (R$ 14.230 em 2018).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social - O Capital Social é de R$ 134.398 (R$ 134.398 em 2018), representado por 4.897.002 ações (4.897.002 em 2018), sendo 2.448.501 ações ordinárias (2.448.501 em 2018) e 2.448.501 ações preferenciais (2.448.501 em 2018), sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. **b) Reserva Legal -** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitada a 20% do Capital Social realizado ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias -** Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reservas estatutárias. **d) Dividen-**

(continua)

(continuação)

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2014
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Em milhares de reais - R$)

dos - Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

19. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS - a) As transações com partes relacionadas decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	16	100	-	-
Aplicações interfinanceiras (notas 7a e 7b)	71.018	61.089	1.639	2.235
Outras obrigações diversas (nota 12c)	(63)	(59)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 15a e 15b)	(234.323)	(441.117)	(12.832)	(23.665)
Instrumentos financeiros derivativos (nota 8a)	(2.752)	(5.450)	(110)	(7.549)
Outras despesas administrativas (nota 20)	-	-	(396)	(374)
Société Générale – Paris				
Credores diversos – Fianças	(41)	(26)	(40)	(25)
Obrigações por empréstimos no exterior	(23.326)	(38.951)	41	(6.209)
Société Générale – New York				
Obrigações por empréstimos no exterior	(27.302)	(64.141)	47	(10.216)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O montante global anual pago a título de remuneração dos diretores no semestre findo em 30 de Junho de 2019 foi de R$ 2.056 (R$ 1.782 em 2018).

Composição do montante pago aos Diretores

	2019	2018
Proventos	1.773	1.534
Contribuição ao INSS	283	248
Total	2.056	1.782

Em 30 de Junho de 2019 e de 2018, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego. Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; **b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesas com serviços do sistema financeiro	(78)	(375)
Despesas com serviços técnicos especializados	(1.004)	(610)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(74)	(112)
Despesas de aluguéis	(408)	(338)
Despesas de processamento de dados	(647)	(675)
Despesas com viagens	(136)	(208)
Despesas com transportes	(73)	(277)
Despesas com serviços administrativos prestados - ligada (nota 19a)	(396)	(374)
Despesas com amortização e depreciação	(99)	(123)
Despesas de comunicações	(109)	(106)
Despesas com promoções e relações públicas	(7)	(83)
Despesas com seguros	-	(23)
Despesas com serviços de terceiros	(77)	(117)
Despesas com entidade de classe	(36)	(29)
Despesas com material	(20)	(15)
Despesas com contribuições filantrópicas	(30)	(17)
Outras	(282)	(253)
Total	(3.476)	(3.735)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Receita de juros sobre créditos tributários	554	398
Receita de juros e multas	278	122
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.330	3.830
Reversão de provisões operacionais	3.590	969
Outras	-	207
Total	6.752	5.526

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Despesas com provisão para gratificação	(1.456)	(493)
Despesas com auditoria	(90)	-
Descontos concedidos	(49)	(545)
Despesas com publicação	(40)	(42)
Despesas com processos trabalhistas	(27)	(40)
Outras	(14)	(70)
Total	(1.676)	(1.190)

23. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O Société Générale - Paris oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários da Sociedade planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale - Paris. A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação nos semestres findo em 30 de junho de 2019 e 2018, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2019	2018
Saldo Inicial	448	377
Constituição	10	53
Saldo final	458	430

24. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Sociedade provisiona o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. **a) O saldo das provisões classificadas como perda provável estavam assim constituídos**

	2019	2018
Riscos trabalhistas	-	1.391

b) Movimentação dos riscos trabalhistas

	2019	2018
Saldo inicial	1.433	1.351
(Reversão) / Constituição	(1.433)	40
Saldo final	-	1.391

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível. Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários. Os questionamentos são sobre horas extras, bem como seus reflexos. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Em 30 de junho de 2019, a avaliação de êxito das provisões trabalhistas foi alterada para perda possível com base nas decisões favoráveis obtidas no curso dos processos, suportada a avaliação pela revisão das opiniões dos assessores jurídicos internos e externos, ocasionando a reversão das provisões anteriormente classificadas como perda provável.

25. EVENTO SUBSEQUENTE - Em 30 de julho a Sociedade firmou contrato de empréstimo com o Société Générale – Paris no montante de EUR 794.503,00 com vencimento em 2022. Em 07 de agosto a Sociedade firmou novo contrato de empréstimo com as mesmas características no montante de EUR 405.598,90 com vencimento em 2022.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES - I. Em 29 de dezembro de 2017 foi aprovada a Lei Complementar 157 que dispõe algumas alterações no ISS – Imposto sobre serviços, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2018. No contexto do arrendamento mercantil a Sociedade avaliou os principais impactos, sendo eles: • O ISS não será objeto de concessão de isenções, incentivos e ou benefícios tributários e/ou financeiros, inclusive na redução de sua base de cálculo; • Em 30 de março de 2018 a Lei Complementar 157 foi revogada parcialmente e o recolhimento voltou a ser devido no domicilio do arrendador. II. Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Instituição Líder com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

DIRETORIA
CONTADOR: Fábio Pavanelli Frederico - CRC 1SP300531

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos Administradores da
SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva - A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente (nota explicativa 3). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2019.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC- 1SP249401/O-4

Serviço de Atendimento ao Assinante

De segunda à sexta-feira das 8h as 18h.

• Alterações cadastrais
• Dúvidas e sugestões
• Solicitação de exemplares
• Informações sobre sua assinatura
• Orientações de acesso ao DCI online

(11) 5095-5335
São Paulo e Grande SP

DCI Diário Comércio Indústria & Serviços